

Além do duplipensar e da aposta no gogó

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Impressiona a fragilidade das ideias sobre política externa nos programas dos candidatos presidenciais. Mesmo que se leve em conta que plataformas de política externa costumam ter impacto eleitoral bem modesto.

O caso extremo é o programa de Dilma Rousseff que, depois de quatro anos de diplomacia inoperante, apenas repete velhos chavões. Promete dar continuidade ao processo de “profunda mudança na presença do Brasil no mundo com ênfase na América do Sul e na África (...) o que não significa desconsiderar os países desenvolvidos”. Afinal, a política externa é um “elemento fundamental do novo projeto de nação”. É o enraizamento da diplomacia de gogó.

As candidaturas de oposição explicitam preocupações quanto ao “isolamento do Brasil” (Aécio) e propõem “superar o imobilismo” (Marina), buscando novos parceiros com nova estratégia de negociações comerciais. Aécio enfatiza a necessidade de recuperar os objetivos iniciais do Mercosul e de revalorizar o Itamaraty, Marina propõe “reacender o dinamismo das trocas” (?) com os EUA e a União Europeia, a associação do Mercosul com a Aliança do Pacífico e dá urna barretada em relação a Ibas, Brics e África.

Qualquer proposta sólida quanto à política externa deve partir da constatação de que o poder de barganha e a atratividade do Brasil dependerão de suas políticas internas. Quanto pior for a percepção externa sobre essas políticas, menos viável será a ruptura do isolamento em que o País mergulhou. Não basta querer novos parceiros, é importante ter algo a oferecer. Nos mandatos de Lula, a diplomacia presidencial minorou tais dificuldades. Com a posse de Dilma e a contínua deterioração do desempenho da política econômica, só restou ao governo comemorar “feitos” de natureza estritamente política. O Brasil ficou cada vez mais próximo da Argentina e mais longe do mundo.

A campanha de reeleição da presidente Rousseff está sendo conduzida com extrema agressividade, na tentativa de desmoralizar adversários e sem preocupação quanto à verdade ou com coerência com posições externadas no passado. A fonte de inspiração poderia ser a crença nazista de que, se mentiras forem exageradas e reiteradas, tenderão a ser aceitas como verdade. Ou talvez o “duplipensar”, proposto por George Orwell em *1984*: o poder de manter duas crenças contraditórias na mente ao mesmo tempo, de contar mentiras deliberadas e, ao mesmo tempo, acreditar genuinamente nelas, e esquecer qualquer fato que se tenha tomado inconveniente.

Tal cortina de fumaça não oculta a deterioração pós-mensalão, agravada desde 2010, do compromisso com políticas macroeconômicas prudentes. As atuais políticas relacionadas ao papel do Estado e à abertura da economia também indicam retrocesso em relação à herança recebida pelo PT.

A reorientação da política externa depende de choque de credibilidade gerado pela reversão de políticas econômicas nefastas. É essencial que se reflita sobre novos arranjos institucionais envolvendo a Presidência da República, o Itamaraty com – quem sabe? – realocação de atribuições levando em conta requisitos específicos da política econômica externa. Mas é essencial que isso se dê na esteira da implementação de políticas econômicas que voltem a enfatizar o compromisso com estabilidade macroeconômica, o ajuste no papel do Estado e a integração à economia mundial.

Banco Central. Lamentável a iniciativa do Banco Central do Brasil de processar Alexandre Schwartzman por ter externado críticas veementes – e pertinentes – à atuação do banco. Menos mal que o banco, denotado em primeira instância, tenha arrepiado caminho e desistido de recorrer, em clara admissão da insensatez da iniciativa. Mas não é que o processo estava em perfeita sintonia com as posições estapafúrdias da candidata Dilma Rousseff sobre as funções de um banco central e sua autonomia?

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.